



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

KELLY CRISTINA MENDONÇA DE JESUS

**AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

CASTANHAL - PARÁ
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

KELLY CRISTINA MENDONÇA DE JESUS

AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, como requisito final para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Madison Rocha Ribeiro

CASTANHAL - PARÁ
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

KELLY CRISTINA MENDONÇA DE JESUS

AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, como requisito final para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Madison Rocha Ribeiro

Conceito: EXCELENTE
Aprovado em: 28 de Junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Madison Rocha Ribeiro (Orientador) - UFPA

Prof^a. Dr^a. Eula Regina Lima Nascimento (membro) - UFPA

Prof^a. MsC. Luizete Cordovil Ferreira da Silva (membro) - UFPA

Dedico ao primeiro e mais nobre dos pedagogos, Jesus.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pelas bênçãos diárias e por ter me dado foco, força, fé, saúde e determinação para superar as barreiras encontradas ao longo dessa jornada acadêmica. A Ele e a Nossa Senhora, o meu muito obrigada por permitir que tudo isso se realizasse e por estarem comigo em todos os momentos.

Aos meus familiares biológicos e adotivos que ensinaram-me a encarar a vida de frente, em especial à minha família adotiva que me criaram como membro da família, por me amarem, por me acolherem e por não desistirem de mim. Meus singelos agradecimentos, aos meus pais Lindalva e Leonel fonte de amor incondicional, carinho e dedicação. Aos meus irmãos Lélío e Luciano por sempre estarem ao meu lado, contribuindo para o meu crescimento pessoal. Aos meus sobrinhos Isabela, Ítalo e Levi que sempre alegraram-me com suas brincadeiras.

Aos meus parentes e cunhadas Denise e Patrícia que ajudaram direta ou indiretamente nessa caminhada.

Às minhas amigas e irmãs de faculdade Alanna Machado, Gabrielly Reis, Maria Eduarda, Tássia Correa, Renata Gabriele e Fernanda Alves, pelo companheirismo no curso e se fizeram presente nesses quase cinco anos e que levarei para a vida, pela amizade, apoio e compreensão, na qual partilhamos de conhecimentos, alegrias, raivas e tristezas juntas, e sem o apoio delas não teria conseguido.

Aos colegas do curso de pedagogia 2015.2, que juntos conseguimos concluir mais uma etapa de nossas vidas e aos docentes da universidade que nos proporcionaram conhecimentos essenciais a nossa formação.

Ao meu orientador, professor e Dr. Madison, pela ajuda durante esses meses de produção, obrigada por compartilhar de seus conhecimentos para o meu aprimoramento acadêmico.

As minhas colegas do trabalho pelas palavras de carinho e força que me deram durante a caminhada, principalmente a Carla Cardoso e a Gisele Souza.

De forma geral, a todas as pessoas do passado e do presente o meu muito obrigada.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel dos sujeitos criadores. Aprender a ler e a escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem [...]. Enquanto ato de conhecimento, a alfabetização, que leva a sério o problema de linguagem, deve ter como objeto também ser desvelado as relações dos seres humanos com seu mundo (FREIRE, 2002, p. 58).

RESUMO

A aquisição da leitura e da escrita na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constituem-se processos simultâneos na escolarização desses sujeitos, com características peculiares quando comparado com o processo de alfabetização de crianças. Neste sentido, a presente monografia visa conhecer, a partir dos teóricos brasileiros que discutem essa temática, como se dá o processo de aquisição da leitura e escrita no âmbito da educação de jovens e adultos. Trata-se de uma pesquisa ancorada nos pressupostos da abordagem qualitativa de investigação, do tipo bibliográfica. Para o desenvolvimento do estudo buscou-se em obras como artigos científicos, livros, teses e dissertações, a compreensão do objeto de estudo, o qual versa sobre a aquisição da leitura e escrita na EJA. Souza (2012), Brandão (1940), Paulo Freire (1979; 2008), Soares (2001), Silva (2009), Almeida e Corso (2014), dentre outros, deram base à discussão desenvolvida. Em conformidade com a pesquisa bibliográfica realizada, por meio manual e eletrônico, foi possível constatar que a educação de jovens e adultos vai além do ato de ler e escrever, pois tal modalidade de ensino permite aos educandos a serem seres críticos, participativos perante os processos nos quais estão sendo submetidos. Enfim, o estudo demonstrou que a aquisição da leitura e escrita se dá a partir de métodos e técnicas, pensadas de acordo com o contexto, a cultura e a realidade dos educandos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Leitura e escrita. Métodos e técnicas.

ABSTRACT

The acquisition of reading and writing in the Education of Young and Adults (EJA) constitute simultaneous processes in the schooling of these subjects, with peculiar characteristics when compared to the process of children's literacy. In this sense, the present monograph seeks to know, from the Brazilian theorists who discuss this theme, how the process of acquiring reading and writing in the scope of youth and adult education occurs. It is a research anchored in the presuppositions of the qualitative research approach, of the bibliographic type. For the development of the study, works such as scientific articles, books, theses and dissertations were searched for, understanding the object of study, which deals with the acquisition of reading and writing in the EJA. (1990), Souza (2012), Brandão (1940), Paulo Freire (1979, 2008), Soares (2001), Silva (2009) and Almeida and Corso (2014). According to the bibliographical research carried out, by means of manual and electronic, it was possible to verify that the education of young people and adults goes beyond the act of reading and writing, since this modality of education allows the students to be critical beings, participatory before the processes in which they are being submitted. Finally, the study demonstrated that the acquisition of reading and writing is based on methods and techniques, thought according to the context, culture and reality of learners.

Keywords: Youth and adult education. Reading and writing. Methods and techniques.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a cultura
s/d	Sem data

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-FILÓSOFICOS E PEDAGÓGICOS.....	14
2.1	O que é educar?.....	14
2.2	Contexto histórico e social da EJA no Brasil.....	15
2.3	A educação de jovens e adultos como modalidade legal.....	19
2.4	Orientações curriculares e didáticas- pedagógicas para a educação de jovens e adultos no Brasil.....	27
2.5	Educação ao longo da vida.....	31
3	A AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	34
3.1	Concepção de leitura e escrita.....	34
3.2	Métodos e técnicas de aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos.....	37
4	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE A – QUADRO QUANTITATIVO DAS OBRAS ESTUDADAS.....	49
	ANEXO B – SÍNTESE DAS IDEIAS DOS AUTORES SOBRE AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EJA.....	50

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino para uma educação popular, voltada a atender os indivíduos menosprezados e excluídos, que não tiveram escolarização ou não conseguiam progredir com o ensino.

Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (FREIRE, 2003, p.16 *apud* BARRETO, 2005, p. 44-45).

Dessa maneira, essa modalidade de ensino passou por inúmeras modificações, mas atualmente ela é voltada para formar cidadãos participativos, políticos, no contexto em que estão inseridos, de forma que eles se tornem críticos e questionadores sobre os seus direitos e deveres na sociedade. Segundo Almeida e Corso (2014, p. 43),

A EJA passou a ser tratada como modalidade porque, segundo a legislação, a educação de jovens e adultos não acontece apenas nos espaços escolares institucionalizados, mas em todos os espaços que favorecem a educação para esse público-alvo.

A EJA tem como um dos objetivos atender as necessidades dos educandos, proporcionando aos discentes o ato de ler e escrever. De acordo com Delors (1998), a educação “fundamenta-se em quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer, aprender a conviver com o outro e aprender a aprender”. Pensar a EJA a partir destes pilares exige uma formação docente condizente com tal perspectiva, isto é, professores que valorizem não somente o repasse de conteúdo de ensino, mas que ajude o educando a ler sua realidade, seu contexto de vida, ajudando-lhe com métodos e técnicas para esse fim, sempre numa relação dialógica e grupal, tendo a vida pessoal e social do aluno e do grupo como ponto de partida.

A maioria dos jovens e adultos não sabe ler e nem escrever por inúmeros fatores que o distanciaram das escolas, posto isto, muitos deles almejam a educação por ser o meio pelo qual conseguirão adentrar a vida social e ao mercado de trabalho. “Em síntese, pode-se inferir que o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua identidade como ser humano e ser social”. (LEMOS, 1999, p.25 *apud* ALMEIDA E CORSO, 2014, p. 62).

A leitura é um meio que o estudante/ leitor tem de não só codificar as letras, mas de compreender acerca das informações antes mesmo de lê-las, pois, as pessoas não precisam saber ler e nem escrever para saber interpretar as informações. Segundo Silva (1984) a leitura já ocorre quando os indivíduos sabem identificar e reconhecer que há algo escrito em diversos meios nos quais estão inseridos.

A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político (FREIRE, 1989, p. 7 *apud* DUARTE, 2012, p. 36).

A aquisição da leitura e escrita é o meio de aprendizagem que eventualmente, proporcionará aos alunos o domínio e assimilação, cada vez mais complexa e eficiente, do conhecimento adquirido, de forma a valorizar a sua cultura, até mesmo sua criticidade e criatividade.

Apesar de inúmeras publicações no campo de discussão sobre a EJA e especialmente sobre aquisição da leitura e a escrita de adultos, ainda é instigante, considerando que a EJA é uma modalidade de ensino que atende um público alvo diferenciado, saber como esse processo de leitura e escrita se dá nas salas de aula. Sendo assim, o presente estudo situa-se no âmbito das discussões da escolarização de Jovens e Adultos, focando especificamente na compreensão do processo de aquisição da leitura e escrita por partes dos educandos que fazem parte dessa modalidade de ensino.

O interesse pelo tema e objeto de estudo emergiu das discussões teóricas e práticas suscitadas a partir de um estágio na EJA realizada no curso de Pedagogia no município de Castanhal, na Universidade Federal do Pará, no contexto escolar Maria Viganó, a partir do qual sentimos a necessidade e o interesse de pesquisar sobre o assunto em destaque, propondo como problema a seguinte questão: segundo os estudiosos brasileiros da EJA, como deve se dar o ensino aprendizagem da leitura e escrita na educação de jovens e adultos? Desta forma, o estudo teve como objetivo geral: conhecer como deve se dar o processo de aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos, considerando as produções teóricas desse campo de estudo. Para atingir tal objetivo, buscou-se especificamente caracterizar a modalidade EJA do ponto de vista legal, sociocultural e histórico; sintetizar a compreensão dos estudiosos da EJA sobre o processo de aquisição de leitura e escrita nessa modalidade e destacar os métodos/recursos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem da leitura e escrita na educação de jovens e adultos.

Através das experiências proporcionadas pelo Estágio de docência na EJA ofertada no curso de Pedagogia e por meio das discussões suscitada na disciplina Alfabetização e Letramento, onde se percebeu o quanto o lúdico auxilia na aprendizagem do aluno durante o processo de alfabetização e letramento, sentimos a necessidade de buscar informações acerca

do assunto para ampliar o conhecimento nessa área, de modo que no futuro, ao exercer a vida profissional, se possa promover uma aprendizagem de qualidade tanto para as crianças quanto para os adultos que precisam de mais atenção em tal processo de alfabetização e letramento. Desta forma, tais fatores trouxeram-me reflexões e indagações essenciais no que tange à arte de ensinar e aprender dentro de um contexto escolar e social.

Diante de diálogos com a docente e coordenadora da EJA da Escola Municipal Maria Viganó, e pelas observações no contexto escolar, durante o Estágio em docência na EJA, o ensinar um adulto a ler e escrever chamou a atenção, pois o alfabetizar e o letrar uma criança quando a sua coordenação motora ainda está sendo formada é diferente de ensinar jovens e adultos que já possuem tal coordenação formada. Por isso, tal pesquisa é interessante na medida em que nos remete às peculiaridades do fazer pedagógico docente ao ensinar o educando da EJA a ler e a escrever.

Mesmo havendo vários recursos para se ensinar, ainda há muitos alunos que não aprendem devido a vários fatores que contribuem para que estes não consigam realizar tal aprendizado, fazendo com que eles regridam e evadam da escola. Portanto, este estudo contribuirá para a sociedade, pois os docentes poderão ver os benefícios de uma prática pedagógica eficiente no processo ensino aprendizagem na EJA. Academicamente, será uma pesquisa que poderá auxiliar os discentes a verem uma aprendizagem voltada aos jovens e adultos, os desafios e as possibilidades de uma aprendizagem significativa. Assim, esta pesquisa irá somar com os conhecimentos de outros autores que também têm pesquisas relacionadas nessa linha de raciocínio e propiciará uma visão mais ampla em relação às práticas pedagógicas, à alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois seu foco não está no levantamento da quantidade de produção sobre o assunto pesquisado, mas no teor das pesquisas produzidas sobre a aquisição da leitura e escrita na EJA. Trata-se de uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica, por meio da qual apresentaremos um conjunto de autores de artigos, dissertações, teses e livros sobre o que escreveram do processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita voltada ao público da EJA.

A pesquisa bibliográfica, segundo Amaral (2007, p. 1), consiste: “no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”. Esses recursos têm como finalidade selecionar, analisar e interpretar os dados de acordo com os objetivos da pesquisa em foco, e de modo a analisar quais os conteúdos positivos e os negativos para se usar na pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é a investigação de todas as bibliografias existentes, em forma de revistas, de livros, artigos, dissertações, teses, monografias e publicações avulsas. O seu propósito é ajudar o pesquisador a conhecer e se familiarizar com as diferentes perspectivas de autores sobre a mesma temática de interesse do pesquisador.

Portanto, essa pesquisa será de extrema importância para o conhecimento científico, pois ampliará os estudos sobre a aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos sob o olhar dos teóricos, pois o contato direto com os materiais, favoreceu uma melhor compreensão e entendimento sobre o assunto, contribuindo, assim, com os já existentes.

A pesquisa bibliográfica realizada obedeceu aos seguintes critérios: utilização de fonte manual e virtual; obras de autores brasileiros; prioridade de obras acadêmico-científicas como artigos, teses e dissertações, sem descartar eventuais livros de autores renomados no assunto.

O trabalho está organizado em quatro seções: na primeira, a introdução, fazemos uma apresentação acerca do tema, objeto de estudo e demais elementos referentes ao plano de investigação realizado. Na segunda seção, caracterizamos os pressupostos teórico-filosóficos e pedagógicos da EJA, tendo como subseções: O que é educar?; O contexto histórico e social da educação de jovens e adultos no Brasil; a EJA como modalidade legal; Orientações curriculares e didático-pedagógicas para a EJA no Brasil e educação ao longo da vida. Na terceira seção, sintetizamos e destacamos a aquisição da leitura e escrita na EJA, sendo discutida a partir dos tópicos: concepção de leitura e escrita; métodos e técnicas de aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos; método de Paulo Freire segundo Brandão e, por fim, na quarta sessão, concluímos a pesquisa fazendo um apanhado de tudo o que foi discutido ao longo do texto, para responder ao problema proposto.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

Nesta seção, de forma breve e objetiva, abordamos as dimensões históricas, pedagógicas, curriculares e legais da EJA, de modo a adquirirmos uma compreensão mais ampla da temática em discussão. Para isso, utilizamos os contributos de Oliveira (2010), Santos (2009), Galvão e Soares (2004), Bezerra e Barreto (2014), Vasconcelos e Brito (2012), Silva (2016) e Bordim (2014). Além destes, trazemos alguns textos legais como o da LDB 9.394/1996, a resolução CNE/CEB nº 1 de 2000, o parecer CEB 11/ 2000, o Art. 208 da Constituição Federal de 1988 que compreende o dever do Estado com a Educação e suas modalidades, as Confinteas (Conferência Internacional de Jovens e Adultos), através de Brasil (2009) e o Relatório Jacques Delors (1998).

2.1 O QUE É EDUCAR?

Educar é uma tarefa que envolve todas as partes, há pessoas que pensam que educar é papel restritamente da escola (é dever do educador) e há outros que acreditam que é dever da família. No entanto, ambos possuem essa responsabilidade, tanto as famílias quanto os professores. “Educar é transformar, e para mudar é necessário crer na possibilidade de mudança e ter coragem para agir” (VASCONCELOS e BRITO, 2012, p. 23).

A concepção de educar vai além de transmitir os conhecimentos/ saberes, educar é incentivar o intelectual, de modo a desenvolver a criticidade, a compreensão, a autonomia, a afetividade e outros. De acordo com Oliveira (2010, p. 58), “educar significa auxiliar o sujeito humano a descobrir e desenvolver suas faculdades fundamentais – a intelectualidade, a afetividade e a volição (capacidade de escolher), em vista da realização de um ideal”.

O ser humano, em si, necessita de uma direção e de conhecimentos. Sendo que essas aprendizagens são alcançadas na escola com os professores e simultaneamente com a família. Nesses espaços, eles incitam no aluno o interesse e as habilidades para compreender o que está à sua volta, além de instruí-los sobre as ideias exercidas pela sociedade. Oliveira (2010, p. 59) diz que “educar é, pois, um aspecto do processo de humanização, é ajudar alguém a entrar nessa dinâmica criativa do fazer-se, ao mesmo tempo em que tal prática interfere igualmente no desenvolvimento do educador”.

De acordo com Santos (2009), a educação deve-se ajudar o aluno a contestar seja qual for a sua situação perante a sociedade, porém não como uma forma de negação, mas em torno

“do que há em comum entre todas as pessoas: suas exigências, seus desejos de realização, sua necessidade do belo”. Desta forma, tanto os professores quanto o espaço escolar precisam discernir “que educar é educar humano” (SANTOS, 2009, p. 184). Deve-se respeitar as particularidades de cada indivíduo e o contexto no qual está inserido. Portanto, para educar é essencial que os docentes conheçam e interajam com as vivências/realidade de cada sujeito, de modo a identificar o nível de desenvolvimento e a melhor maneira de ensiná-los. Educar requer, assim, que os educadores conheçam o educando como um todo, como um indivíduo em constante aprendizagem, e não como um simples produto da sociedade. Conforme Pereira (2005), educar um adulto está repleto de sentidos, principalmente, quando se trata de inserir esses sujeitos ao mundo de leitura e escrita.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Possivelmente a educação de adultos surgiu no período colonial, na qual passou a existir como uma forma de catequizar e instruir os indígenas e colonizadores, sendo eles adolescentes e adultos, sendo que era uma ação diferenciada para cada grupo social.

Desde o período colonial ocorreram as primeiras iniciativas de educação de adultos no Brasil, as quais tiveram início com a presença de jesuítas, mas não houve prioridade para a educação dos indígenas e negros adultos. Assim os primeiros alfabetizadores foram os jesuítas que visavam formar a população com base nos princípios religiosos, transmitindo normas de comportamento e ensinando ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial. (SOEK, HARACEMIV E STOLTZ, 2009 *apud* SOUZA, 2014, p. 12).

De acordo com alguns estudos, para que os jesuítas pudessem catequizar os nativos brasileiros, tiveram que aprender a língua dos índios, pois dessa maneira conseguiriam colonizar de forma eficaz. Pode-se dizer que o ato de ler e escrever teve início com a chegada dos portugueses ao Brasil, por meio da catequese.

Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD E DI PIERRO, 2000 *apud* BESERRA E BARRETO, 2014, p. 173).

Nesse processo, vários “materiais escritos foram produzidos como instrumentos para a catequese e a instrução dos indígenas, destacando-se, entre eles, as gramáticas da língua tupi e os catecismos ou doutrinas” (GALVÃO e SOARES, 2004, p. 29). Portanto, a partir desses materiais era possível assegurar a continuidade do catolicismo e os seus ensinamentos. No entanto, com a expulsão dos jesuítas, no período pombalino, houve uma desestrutura na educação dos nativos.

Segundo Galvão (2004, p. 30), o século XIX foi classificado como um período essencial para o “processo de progressiva institucionalização da escola no Brasil: aos poucos, foram-se definidos, com uma maior precisão, os tempos, os espaços, os saberes, os materiais escolares, a formação e a profissionalização do professor”

Em todo o período imperial, ocorreram várias discussões em torno de como incluir as pessoas menosprezados dentro do processo formal de instrução, foi então que somente por meio do Ato Adicional de 1834 que tornaram as províncias encarregados pelo processo de instrução das pessoas. “Pelos instruções primária e secundária, formulou especificamente, políticas de instrução para jovens e adultos”. (*Ibidem*, p. 31).

No entanto, a instrução só podia ser feita em escolas noturnas, sendo que os professores que trabalhassem pelo período da manhã não receberiam para ensinar a noite, e os conteúdos teriam que ser diferenciados. Alguns aprendiam sobre a constituição e os direitos, as mulheres deveriam aprender as funções domésticas e a aulas sobre a língua nacional para que os adultos obtivessem uma pronuncia adequada.

Ainda de acordo com Albuquerque (2004), alguns historiógrafos descobriram que o acesso à leitura e à escrita era um elemento fundamental para a conquista dos direitos civis pelos escravos, mesmo que eles tenham sido impedidos de participar oficialmente do processo educacional, de alguma forma eles eram agregados em ambiente de sociabilidade, na qual a escrita estava inserida. Conforme o autor, pela metade do XIX, houve o surgimento de “associações de intelectuais”, na qual eles davam aula à noite para os adultos com o objetivo de remodelar “a massa de pobres brancos, negros livres, libertos [...], escravos” (*Ibidem*, p. 34). No entanto, acontecia por meio filantrópico e não era um direito.

O analfabetismo ficou mais presente a partir da Lei Saraiva de 1881, que impedia que as pessoas analfabetas votassem. Assim, essa lei propagou a ideia de que o analfabeto era ignorante e incapaz de exercer o seu voto, pois acreditava-se que eles seriam incapazes de pensar “por si próprios” (*Ibidem*).

O censo de 1890 gerou nos intelectuais certa “vergonha”, pois estatisticamente 80% dos indivíduos eram analfabetos, foi então que os intelectuais se organizaram “nas diversas ligas” e fizeram diversas mobilizações contra o analfabetismo no Brasil, de modo a propagar a educação por todo o país. Dentre tantas mobilizações, destacou-se a de Abner de Brito que tinha como objetivo extinguir o analfabetismo em menos tempo, por meio do método das sete lições, na qual as pessoas liam e escreviam, depois de receberem as sete lições.

Essas lições, entretanto, não agradaram a Carneiro Leão, que o criticava dizendo “que considerava a alfabetização uma arma perigosa, que poderia aumentar o que ele considerava anarquia social” (ROMANELLI *apud* BESERRA e BARRETO, 2014, p. 171). Mesmo com diversas mobilizações, Galvão (2004, p. 39) diz que o analfabeto continuou sendo visto como “improdutivo, degenerado, viciado, servil e incapaz, necessitando da ajuda das elites intelectuais para sair da situação doentia em que se encontrava”.

Após o fim da guerra mundial e no período do Estado Novo, com o retorno da Democracia, o processo de alfabetização adquire novos estímulos. Em 1946, foi formulada a primeira Lei Orgânica do Ensino Primário que, segundo Beserra (2014), possibilitava a “construção de material pedagógico apropriado, guia de leitura e alfabetização” (BESERRA e BARRETO, 2014, p.171). No entanto, essa lei não teve êxito, pois pedia que pessoas participassem como voluntários e como elas não possuíam experiências, não conseguiam dar “suporte às ações governamentais” (BRASIL, 1964 *apud Ibidem*, p.171).

Entre os anos 1950 e 1960, surgiram os movimentos de educação e cultura popular. Tais ideias derivaram de Paulo Freire, Beserra e Barreto (2014, p. 171-172) afirmam que o método utilizado por Freire sugeria um ensino dialógico/ interativo que enaltescesse a “cultura popular e a utilização de temas geradores”. Nessa ação, buscava inserir os indivíduos à alfabetização, de modo a conscientizá-los através da participação, por meio de suas vivências, de modo que se transforme a realidade social na qual esse aluno desenvolvia um papel ativo. Freire acreditava que a sociedade era injusta e não igualitária. “O analfabetismo é visto no como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária. Por isso, a alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação social”. (GALVÃO, 2004, p. 44).

Portanto, em conformidade com Albuquerque, foi através de seus próprios métodos que Paulo Freire assumiu um importantíssimo papel como alfabetizador. Foram realizados diversos materiais inspirados em suas ideias. Com o término da Campanha Nacional de Alfabetização, Freire assumiu juntamente com o Ministério da Educação, um plano nacional

de alfabetização, no entanto com o golpe militar em 1964, o trabalho foi suspenso e excluído e a maioria dos envolvidos nesses processos foi perseguida e alguns foram exilados do Brasil.

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Galvão (2004), se antes a educação estava vinculada à problematização e a conscientização sobre as vivências dos sujeitos, aonde o aluno exercia o papel ativo, porém, com o Golpe, a alfabetização se limitou, em apenas a aprender a esboçar o nome.

Em 1967, os militares criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no qual:

Os métodos e o material didático propostos pelo MOBRAL assemelhavam-se aparentemente aos elaboradores no interior dos movimentos de educação e cultura popular, pois também partiam de palavras-chave, retiradas da realidade do alfabetizando adulto para, então, ensinar os padrões silábicos da língua portuguesa. No entanto, as semelhanças eram apenas superficiais, na medida em que todo o conteúdo crítico e problematizador das propostas anteriores foi esvaziado: as mensagens reforçavam a necessidade do reforço individual do educando. (GALVÃO, 2004, p. 46).

Somente em 1969, o MOBRAL foi executado. Suas ações propostas resumiram-se ao ato de ler e escrever. No entanto, muitos pesquisadores e educadores criticaram, pois, esse não oferecia aos sujeitos a sequência do processo educacional, na qual segundo Albuquerque a maioria dos adultos “que se alfabetizaram através dele desaprenderam a ler e a escrever” (*Ibidem*, p. 46).

Em meados de 1985, com início da nova República, o MOBRAL foi eliminado e, com o seu desaparecimento, surgiu a Fundação EDUCAR, com intuito de supervisionar e acompanhar as escolas e secretarias que ganhavam os fundos como meio de realizar os seus programas. Contudo, em 1990, Collor eliminou a Fundação EDUCAR.

De forma contraditória, em 1988 foi estabelecida a nova Constituição Federal, que proporcionou aos sujeitos que não tinham frequentado ou terminado o ensino fundamental, voltar a estudar. Portanto, essa nova lei garantiu o direito a educação para todos inclusive para os jovens e adultos que não tiveram escolarização na idade adequada.

Art. 208[...] a educação é direito de todos e dever do Estado e da família[...];
Art. 205[...] e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988 *apud* BARRETO, 2014, p. 172).

Conforme Beserra e Barreto (2014), em 1996 foi criado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), no entanto, esse programa foi criticado por usar métodos ultrapassados, como exemplo o assistencialismo.

Por volta de 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tinha como finalidade acolher os sujeitos das áreas de assentamento. E em meados de 2003, o governo Lula apresentou o programa Brasil Alfabetizado, que teve como propósito dar destaque ao voluntariado, acreditando e instigando as pessoas a solucionarem a questão do analfabetismo.

Na concepção do Conselho Nacional da Educação (CNE) (2000):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. (CNE/CEB, 11/2000, p.5 *apud* DINIZ, s/d).

Com o passar dos anos, a EJA foi sendo modificada desde esse período até os dias atuais, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina que também possuem essa modalidade de ensino.

Como pode ser observada ao longo da discussão acerca do contexto histórico e social, a EJA passou por inúmeras transformações em termos de leis, programas e projetos que foram elaborados com intuito de erradicar o analfabetismo, sendo que na maioria das vezes esta modalidade de ensino não tinha sido designada como escolarização. E de acordo com o exposto percebe-se que a educação não foi democrática a todos as pessoas.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assegura o direito de qualquer pessoa a estudar, dando-lhes a oportunidade de ler e escrever, a desenvolver autonomia, criatividade e criticidade a partir da realidade do educando no contexto em que vive, a seguir compreenderemos mais sobre as leis que protegem esses direitos aos cidadãos.

2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE LEGAL

Segundo Nunes (s/d) após a proclamação da Independência foi outorgada a “primeira Constituição Brasileira”, sendo que foi redigido no artigo 179, uma lei que oferecia o ensino primário gratuito para todos os sujeitos, no entanto, “na lei esclarece que a instrução seria

gratuita, porém não abrangia as classes mais pobres, sendo esquivo a escola para todos os cidadãos” (*Ibidem*, p. 2). Desta forma, a maioria dos indivíduos continuavam sendo excluídas do processo de instrução.

Ainda seguindo os pensamentos de Nunes (s/d), em 1882, o polímata Ruy Babosa¹, criticava a educação como algo precário, desse modo ele sugeriu novas formas de ampliar o total de espaços escolares e no modo de melhorar a educação no Brasil. Logo após a primeira Constituição, foi criada a primeira Lei Orgânica Do Ensino Brasileiro, no entanto, quase não teve êxito por carência de indivíduos qualificados para atuarem “por isso raras foram as mudanças na educação durante o período Imperial” (*Ibidem*, p. 2).

Em 1981, cada estado teve como responsabilidade estruturar os métodos educacionais de seus territórios, contudo precisaram-se fundamentar nas regras determinadas dentro da Constituição, enquanto que a união necessitaria determinar a “organização do Direito Federal e o ensino da educação superior” (NUNES, s/d. p. 2). E o Congresso ficou encarregado de construir e fundar instituições escolares secundárias por todo o país.

Com essas atribuições aos Estados, em 1920 houve uma transição na educação baseada na nova escola europeia, com as reformas de: Lourenço Filho no Ceará, em 1923; Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1927 e a Francisco Campos, em Minas Gerais, em 1928. (IBEDEM, p. 2).

De acordo com Nunes (s/d), a Constituição Federal Brasileira aprovada em 1988, a qual foi decretado que o ensino básico “é um direito de todos e dever do Estado e da família”, e na qual deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando atingir o pleno desenvolvimento a pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.205), a além de proporcionar a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (artigo 206), para que impulse o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação” (artigo 3). Por tanto, pode-se compreender que as leis proporcionam a igualdade e o direito a todos na educação. No entanto, segundo Nunes a Constituição findou se divergindo “quando se faz análise das diversidades existentes na sociedade Brasileira” (NUNES, s/d. p. 3).

A Constituição Federal (CF), em um de seus artigos, determinou que o ensino é dever do Estado, assegurando que o “ensino fundamental, é obrigatório e gratuito, inclusive os que

¹ Polímata é uma pessoa do qual o seu conhecimento não está restrito a apenas uma área do saber, sendo assim ele foi advogado, diplomata, jurista, escritor, filólogo, jornalista, político, orador e tradutor.

não tiveram acesso a ele na idade própria” (art.208.I). Dessa maneira, a educação de jovens e adultos acolhe os sujeitos que não obtiveram a educação no prazo adequado.

Segundo Nunes (s/d), a LDB n° 9. 394/96 enfatiza “as chances educativas ofertadas para os jovens e adultos necessitarão ser moldadas, observando as necessidades dos indivíduos que fazem parte dessa modalidade de ensino, determinando que deve ser garantido” (*Ibidem*, p. 3). Portanto, os envolvidos devem levar em conta as necessidades e os interesses dos educandos, de modo a utilizar as vivências nas disciplinas a serem propostos. Sendo assim, o ensino deve ser ofertado “gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam concluir os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (arts.37-8).

O Parecer do CNE/CNB 11/2000 estabeleceu as diretrizes Curriculares, uma ação voltada para a educação de Jovens e adultos, na qual teve como finalidade investigar as particularidades de cada indivíduo envolvidos na modalidade EJA e preparar os docentes. Portanto:

A maior parte dos jovens e adultos, até mesmo pelo seu passado e presente, move-se para a escola com forte motivação, buscam dar uma significação social para as competências, articulando conhecimentos, habilidades e valores. Muitos destes jovens e adultos se encontram por vezes, em faixas etárias próximas às dos docentes. Por isso, os docentes deverão se preparar e se qualificar para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados e essas características e expectativas (Parecer CNE\CEB 11\2000, p.57).

Dessa maneira, esta lei instaura a educação de jovens e adultos como uma modalidade do ensino básico, de tal modo que está serve como um guia nas instituições e nas práticas educativas, de modo a proporcionar aos educandos da EJA uma educação de qualidade e tornar os docentes em seres qualificados, através de currículos atualizados. Nesse sentido, o Parecer do CNE institui a educação de jovens e adultos nos espaços escolares, sejam eles públicos ou privados. Portanto, esse documento admite o empenho de ambas as instituições em trabalhar para abrandar a taxa de analfabetismo na sociedade brasileira. De acordo com Diniz (s/d), o atual parecer:

repudia, de certa forma, a discriminação entre etnias e posições sociais para com os educandos, tendo em vista que o próprio documento entende, em suas entrelinhas, que o Estado é um dos maiores omissos e responsáveis pela grande estatística de analfabetismo no país. É importante chamar a atenção para o entendimento do texto para o nível de letramento destes indivíduos, que, possuem uma rica carga de conhecimentos prévios que se acrescentados a escolarização, educação, alfabetização, tornam o ensino-aprendizagem mais rico, tornando este indivíduo mais interessado em alcançar os seus objetivos. Cabe ainda aqui expressar que não

estamos de acordo com o texto quando considera o letramento algo diretamente ligado a alfabetização. Vejamos que letramento é algo que não pode ser separado do ato de alfabetizar, mas que ele existe no ser analfabeto por considerar que o letramento são todas as experiências e conhecimentos prévios individuais. (*Ibidem*, p. 9).

Isto posto, o documento oportuniza uma educação igualitária, onde todos os educandos da EJA são vistos como iguais, perante a lei, pois de acordo com os estudos de Diniz no ato de aprender os adultos são parecidos com crianças, pois a maioria deles serão alfabetizados e letrados.

Segundo Diniz (s/d), a partir desse parecer o ato de ensinar nessa modalidade de ensino compete ao profissional formado em pedagogia, ou seja, ao pedagogo, pois os mesmos são capacitados por possuírem formações acadêmicas voltadas a EJA em sua grade curricular, dessa maneira cabe a eles atuarem nessa modalidade, por conhecerem as leis que amparam e de modo a relacionar a teoria a sua prática.

O presente parecer tem como finalidade reduzir o analfabetismo, por meio de maiores acessos e oportunidades aos educandos da EJA, através de decretos que deem direitos aos mesmos e que os professores sejam qualificados através de novos currículos.

Na LDB/96, em seu artigo 37, é garantido que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. Desta forma, compreende-se que a maioria dos alunos da EJA são trabalhadores que almejam uma educação acadêmica. O estado proporciona aos alunos a entrada nos ambientes escolares, mas não a sua permanência, pois Nunes (s/d), afirma em seus registros que muitas das vezes a escola não proporciona um ambiente acolhedor e de interação, desta forma meio que o educando se sente reprimido e acaba não se agradando e desistindo de continuar estudando.

[...] a escola muitas vezes encontra dificuldades para compreender as particularidades desse público, no qual os motivos que os levam à evasão, ainda no início da juventude, e as motivações que envolvem sua volta à sala de aula são informações preciosas para quem lida com a questão. Deixá-los escapar leva à inadequação do serviço oferecido e a um processo de exclusão. (NAIF, 2005, p. 402 *apud* NUNES, s/d. p. 4).

Em vista disso, os docentes não devem ensinar e tratar os alunos da EJA como os alunos de ensino básico, eles necessitam unir os conteúdos programáticos do currículo com a realidade dos discentes, pois os mesmos são seres que carregam consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de sua jornada, desta forma eles adentram na sala de aula

com vastos saberes, portanto, os professores devem utilizá-los como um recurso para o ensino- aprendizagem.

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do educando – e, sua função antropológica - que considera e valoriza a produção humana ao longo da história. (COLÉGIO ESTADUAL “14 DE DEZEMBRO”, 2005, p. 1).

No dia 16 de julho de 2008 foi decretado a lei 11. 741, a qual provocou algumas modificações na LDB 9. 394/96.

a EJA passa a ter um olhar, já descrito de certa forma pela LDB, mais profissional. Vai formar o cidadão não alfabetizado ou que não concluiu os estudos no tempo certo, para o mercado de trabalho. [...] Sendo assim, o campo da educação profissional e da EJA andarão sempre lado a lado, sendo sempre integrados, construindo mesmo um currículo voltado para a aprendizagem necessária para o indivíduo entrar mais fácil no mercado de trabalho. (DINIZ, [200-?]. p. 12).

A Educação de jovens e adultos passou a ser uma ação voltada para formar sujeitos aptos para o mundo globalizado, a fim de torná-los instruídos ao mercado de trabalho. Diante de tudo que foi exposto, Vasconcelos (2012) afirma em seus estudos que a educação de jovens e adultos é de suma relevância, pois traz “significado a contemporaneidade da educação” (p.113), portanto, essa modalidade de ensino tem andado intimamente com as leis previstas, de modo a alcançar os objetivos a ela propostos, a saber: “pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania” (IBEDEM, p.113) e para o mercado de trabalho.

Destacaremos, agora, um pouco sobre a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), um evento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO) que acontece há mais de 60 anos, há cada 12 anos, e que já passou por “vários continentes do mundo”, sendo eles pela ordem Dinamarca, Canadá, Japão, França, Alemanha e no Brasil. Segundo Diniz, essa conferência tem como finalidade abordar e elaborar um “documento que trouxesse o problema da educação de adultos no mundo” (DINIZ, s/d. p. 13).

Dessa forma, a VI CONFINTEA foi realizada em 2009, na cidade de Belém do Pará, uma ação voltada para fortalecer a educação de adultos. “A CONFINTEA VI procurou fortalecer o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos, como previsto na CONFINTEA V, numa perspectiva de aprendizagem ao largo e ao longo da vida”. (IRELAND, SPEZIA, 2014, p. 256 *apud* DINIZ, s/d. p. 15). Pois, nessa VI conferência, foram apresentadas cinco temáticas, nas quais destacaram-se:

- a integração da educação de adultos e das políticas educacionais da aprendizagem ao longo da vida, que visava adotar a aprendizagem e a educação de adultos como estratégia para acelerar ainda mais sua concretização.
- Financiamento da educação de adultos, onde se defendeu a troca de pensamento de gasto com a educação para investimento na educação, além de visar um investimento a ser realizado pelo setor privado do país.
- Qualidade na educação de jovens e adultos, dizendo que é perigoso quando cada sistema educacional constrói suas próprias definições de educação de adultos visando uma certa qualidade entre outros.
- O papel do professor educador, onde a real qualidade da aprendizagem está profundamente ligada ao ato educativo/didática do professor em seu âmbito educacional, seja ele na escola ou em outro local educativo. (*Ibidem*, p. 15).

Portanto, ainda seguindo a linha de pensamentos de Diniz (s/d), dessa conferência foi uma das mais importantes e modernas, pois a mesma incrementou as versões anteriores, dando um novo redirecionamento e propostas “atualizadas para a educação de adultos”. Em vista disso, é necessário “investimentos e implantação de metas” o ensino de adultos, pois somente através desses meios que poderá efetivar-se um avanço nesse processo de ensino, tendo como finalidade “a erradicação do analfabetismo destes jovens e adultos existentes em todos os países do mundo” (*Ibidem*, p. 15).

Dessa forma, tal evento tem como intuito promover soluções e a conscientização de que todos os continentes são responsáveis por reduzir ou erradicar o analfabetismo em pouco tempo, de modo que eles só conseguirão solucionar com tal problema, se lutarem juntos com a mesma finalidade.

A EJA é garantida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 9.394/1996, a qual estabelece no capítulo II, na seção V, essa modalidade de ensino. De acordo com o artigo 37, a “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Ao ser constituída na LDB, a educação de jovens e adultos adquiriu maiores proporções, pois tornou-se uma política do estado.

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos contribui de maneira significativa para a o desenvolvimento dos indivíduos que não tiveram oportunidades de concluírem seus estudos no tempo regular como estabelecido na Constituição Brasileira. (NUNES, s/d. p. 1).

Desta forma, a educação de jovens e adultos é uma modalidade legal, pois é uma modalidade voltada para os direitos de todos aqueles não tiveram acesso e oportunidades de estudarem e concluírem o seu processo de escolarização no tempo mais adequado. Portanto, pode-se perceber que no artigo 208 da Constituição de 1988, diz que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
 I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é destinada aquelas pessoas que não tiveram obtenção de ensino em idade adequada. Segundo esta lei, é dever do poder público promover o acesso e a estadia dos jovens e adultos dentro do ambiente escolar, a fim de promover alunos críticos e participativos dentro e fora das escolas, de modo também que possa ocorrer uma aprendizagem significativa. De acordo com Vasconcelos (2012):

Além dos cursos supletivos, essa Lei também previa modalidades como educação a distância, aceleração dos estudos, com duração da metade do tempo do ensino regular, e manutenção dos exames supletivos, que não requeriam matrícula ou frequência às aulas. (VASCONCELOS e BRITO, 2012. p.112).

Por alguns anos a educação de Jovens e adultos esteve voltada para os interesses políticos, pois os mesmos queriam alfabetizar os sujeitos para o mercado de trabalho, no entanto “parece que a educação de adultos ainda está atrelada ao mercado de trabalho”, de modo a formar indivíduos qualificados. (VASCONCELOS e BRITO, 2012. p. 112).

Nunes (s/d), registra que para os sujeitos atuarem nesse processo de ensino eles deveriam ser capacitados e engajados “com a educação e com o meio social, dessa forma intermediar os aspectos epistêmicos com os movimentos epistêmicos, assim contribuindo para uma formação sólida e de qualidade” (*Ibidem*, p.1), ou seja, o profissional deve servir como mediador dos conhecimentos que os alunos já possuem, auxiliando nesse processo com o meio no qual estão inseridos.

Ainda em seus estudos Nunes (s/d), afirma que retirar os jovens e adultos do analfabetismo é uma tarefa árdua, pois para ele esse processo vai para além do ato de ensinar e aprender “é a edificação e a libertação do sujeito para um novo mundo” (*Ibidem*, p. 2), pois nessa modalidade de ensino os indivíduos não apenas aprenderão a ler e escrever, mas se tornarão seres críticos e reflexivos para solucionarem os problemas advindos da sociedade.

Essa modalidade de ensino tem uma clientela bastante diversificada, sendo eles jovens e adultos com diferentes idades, mas tendo em comum um único propósito, o de aprender. Como afirma Vasconcelos e Brito (2012), o perfil de aluno da EJA são os jovens “que ingressaram na escola na idade adequada, mas a abandonaram por motivos de trabalho ou por motivos migratórios, e também os que acumularam grande defasagem idade/série no ensino

regular” (p. 117). Os adultos, o que os leva a estudar novamente são “exigência do emprego, ambição de novas e melhores oportunidades de trabalho e, para as mulheres, elevação do nível de instrução para aproximá-lo ao de seus filhos ou maridos, [...] para auxiliar os filhos nos estudos”. (*Ibidem*)

A maioria dos indivíduos que são matriculados nessa modalidade de ensino advém de classe popular, sendo que alguns quando adultos admitem para si mesmo que precisam de conhecimento escolar. Estes anseiam pelo saber e, desta maneira, muitos procuram conquistar tal conhecimento, pois cada vez mais a sociedade passa a ser mais exigente, de modo que os indivíduos saibam ler e escrever, e tenham noções básicas de determinados assuntos.

Considerando ser a Educação de Jovens e Adultos uma modalidade educativa direcionada, basicamente, para os setores mais vulneráveis, do ponto de vista socioeconômico, e que seus atores carregam marcas profundas causadas pela desigualdade das oportunidades sociais e educativas (ANDRADE, 2004b, p. 17).

Como se pode perceber, muitos fatores impediram e ainda impedem com que muitos dos jovens e adultos sejam alfabetizados e letrados, dentre os fatores que contribuem para essas consequências estão: ter que trabalhar (muitos começam a trabalhar ainda na infância para ajudar no sustento da família) ou por não haver instituições próximas as residências do indivíduo e outros fatores que impedem o insucesso dos estudos.

Nesse sentido, quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite nas quais os tempos de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias. (MOLL, 2004, p. 11).

Entretanto, de acordo com Martins e Agliardi (2013, p. 2), “nas últimas décadas a Educação de Jovens e Adultos vem se deparando com a presença cada vez maior de um público de jovens heterogêneo em termos de condições de vida e de interesses educacionais”.

Segundo Valomin (s/d), a LDB 9.394/96 estabelece que os parâmetros de ensino devam garantir os “cursos e exames que proporcionem oportunidades educacionais” aos engajados nesse processo de ensino, de modo que as pessoas sejam envolvidas e queiram estudar e permanecer na escola, de forma que os “interesses, as condições de vida e trabalho de jovens e adultos” (p. 4) sejam levadas em conta dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com a) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural; b) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça; c) os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – cultura, trabalho e tempo; (COLÉGIO ESTADUAL “14 DE DEZEMBRO”, 2005, p. 1).

De acordo com a Lei nº 10.172/2001, do Plano Nacional de Educação – PNE, Valomin (s/d), define objetivos para a modalidade de ensino de jovens e adultos, sendo eles: “alfabetizar em cinco anos dois terços do contingente total de analfabetos, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década. Essas metas implicam uma expansão quantitativa da oferta de oportunidades educacionais para jovens e adultos” (*Ibidem*, p. 4).

A educação de jovens e adultos é mais que uma categoria de ensino, pois é uma modalidade que envolve diversos níveis da Educação Básica, sem perder a sua especificidade.

[...] a existência de uma modalidade pressupõe a existência de uma organização maior à qual pertença, pois modalidade significa modo particular de ser, uma subcategoria dentro de uma categoria. Entender a EJA como uma modalidade, ou uma subcategoria, do ensino fundamental ou médio é assumir que ela faz parte de um ou outro nível e abordá-la como possuidora de todas as qualidades e benefícios que caracterizam estes níveis, mas que não ferem suas especificidades garantidas em Lei [...] (MAMED, 2004, p.161 *apud* NUNES, s/d. p. 3).

Portanto, a educação de jovens e adultos tem como objetivo educar e estimular os sujeitos a serem seres críticos, participativos, libertadores e reflexivos no contexto onde estão imersos, pois os mesmos vivem em uma sociedade bastante diversificada culturalmente, e um mercado de trabalho crescentemente rigoroso.

2.4 ORIENTAÇÕES CURRICULARES E DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A metodologia aplicada aos alunos da EJA deve ser diferenciada, pois os mesmos já não são mais crianças e trazem consigo uma bagagem de conhecimentos, então é essencial adequá-las para essa modalidade de ensino.

Dessa forma, esta modalidade de ensino não deve ter como objetivo principal a retomada de conteúdos não adquiridos na sua infância e juventude, mais sim, alternativas de estudos que os levem a desenvolver as competências relacionadas com sua inclusão de forma produtiva nas várias dimensões da vida social. Dessa maneira, a EJA dispõe de um ensino diferenciado onde será construído o conhecimento básico, mas, isso não significa dizer que alguns conteúdos não

possam ser aprofundados fazendo relação com o cotidiano desses jovens e adultos (SILVA, 2016, p. 2).

Portanto, é dever do educador aplicar didáticas que auxiliem os alunos durante e depois nesse processo de aprendizagem, de modo que eles consigam entender o entorno no qual o indivíduo está inserido, para então auxiliá-los a compreender os desafios sociais que o envolve. Sendo assim, “o profissional da EJA precisa ampliar suas habilidades e competências nos procedimentos, e estratégias para construção dos conhecimentos adquiridos/ produzidos, bem como ter uma boa relação com os alunos, ampliando as condições favoráveis ao ensino e aprendizagem” (*Ibidem*, p. 2).

A modalidade de ensino requer que os docentes adequem os conteúdos programáticos de acordo com as necessidades e a realidades dos discentes, de modo que a metodologia se aproveite dos conhecimentos prévios que os alunos trazem consigo, pois tal método “nos leva a refletir que uma boa educação vai além de livros didáticos, quadro-negro, lápis e papel, deve haver o diálogo na sala entre os alunos e o professor e a troca do conhecimento”. (*Ibidem*, p. 6). Desta forma, os docentes estimularão e farão com que eles sejam capazes, no processo de aprendizagem, aprender melhor e significativamente, pois, de acordo com Silva (2016), os alunos da educação de jovens e adultos trazem consigo um vasto conhecimento, visto que,

Por mais que não saibam ler e escrever eles têm contatos visuais com revistas, livros, fotos, televisão onde podem também ouvir informações tanto no rádio como na televisão, sem contar nas experiências que trazem da família e do trabalho, onde a partir desses conhecimentos eles constroem seus próprios conceitos e ideias sobre algum assunto. A bagagem de conhecimento que os educandos trazem, devem ser considerados pelo professor porque o mesmo trabalhará a partir dessa realidade (*Ibidem*, p. 5).

Posto isto, entendemos que uma boa formação inicial e continuada de professores, são necessárias, de modo que os professores que irão atuar na EJA possam ter consciência de que se trata de uma modalidade de ensino diferenciada. Por isso há que se conhecer previamente o contexto onde os alunos estão inseridos, a bagagem cultural que eles trazem de casa; detectar o que é importante e prioritário para eles, além de ter conhecimento técnico dos assuntos a serem discutidos no âmbito das áreas curriculares oficialmente prescritas, além do compromisso político com a emancipação das pessoas por meio do processo de educação escolar. De acordo com Gadotti (1996), deve-se levar em conta a

[...] própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para os que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatar sua autoestima, pois a sua ignorância lhes trará ansiedade,

angustia e complexo de inferioridade. Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade, (p.83 *apud* SILVA, 2016, p. 3- 4).

Freire diz “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE, 2002, p.25 *apud* SILVA, 2016, p. 5). Portanto, tanto os professores quanto os discentes, estão no mesmo processo de desenvolvimento ensino- aprendizagem, na qual ambos são fundamentais no decorrer dessa modalidade de ensino.

Silva (2016, p. 10) afirma em seus estudos, que a educação de jovens e adultos vai além do ato de ler e escrever, pois tem como finalidade central preparar esses indivíduos para o mercado de trabalho, de modo a proporcionar a esses sujeitos “condições de viver em sociedade com melhor qualidade de vida”. Ele ainda diz que não é qualquer professor que pode ensinar esses sujeitos, pois para tal é necessário empenho e aperfeiçoamento do docente para que o mesmo possa fazer um bom trabalho e torne os sujeitos ativos no contexto em que vivem. Desta forma, para se ter um bom método de ensino

O professor precisa estar atento a sua prática educativa, é necessário deixar de lado na sua prática pedagógica métodos de ensino infantilizados dando espaço para o diálogo, exposição de ideias, pontos de vistas, enfim, garantir que o aluno desenvolva o processo de democratização e cidadania de educação para EJA (*Ibidem*, p. 10).

Contudo, o mesmo deve ser flexível e estar atento nas diversidades presentes em sala de aula, de maneira a auxiliar cada aluno de acordo com suas necessidades, já que cada ser possui dificuldades na aprendizagem.

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996, p. 96 *apud* SILVA, 2016, p. 10).

Assim, o método de trabalho da educação de jovens e adultos deve ser flexível e de modo a articular o conteúdo e as necessidades/ realidade dos educandos, transformando-os assim em conhecimentos científicos. No entanto, não é só a realidade do sujeito como método, eles também precisam de materiais didáticos e docentes qualificados para atuar nesse tipo de modalidade de ensino. Para então haver rendimento e facilitar a aprendizagem dos alunos. Portanto, é de suma importância a criatividade dos docentes ao expor os conteúdos, na

qual estimularão a curiosidade dos sujeitos e eles por sua vez aprenderão com mais prazer e facilidade.

Bordim (2014) afirma que a avaliação é algo imprescindível e contínua na educação, principalmente por ser um dos critérios de trabalho dos professores no ato de ensino-aprendizagem, pois o mesmo serve para acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, analisar e orientar possivelmente as práticas pedagógicas, pois através de tal procedimento pode-se “constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias” (BORDIM, 2014, p. 13). Ele ainda ressalta que na maioria das vezes a avaliação na educação de jovens e adultos é classificatória, pois a maioria dos docentes não identifica a diversidade que está presente no contexto escolar e social, aplicando assim avaliações classificatórias, que tendem a excluir esses seres de tal processo. Ainda sobre as ideias do autor citado anteriormente, o mesmo diz que a avaliação deve estar em função do processo de estruturação do conhecimento, na qual

é necessário propor aos alunos atividades desafiantes, que os levam à reflexão e não à reprodução de pensamentos. O papel do avaliador, nessa perspectiva de trabalho, é papel de todos. É necessário construir espaços de valorização da diversidade cultural, para os quais a visão de avaliação numa perspectiva diagnóstica representa uma contribuição relevante, auxiliando o avanço e o crescimento da educação (*Ibidem*, p. 14).

Portanto, o docente necessita conhecer a realidade dos educandos para então poder analisar qual a avaliação deve ser aplicada, pois a avaliação vai além de uma prova escrita, ou seja, avaliação somativa, mas para a EJA a avaliação mais adequada seria a diagnóstica, pois o mesmo tem como propósito averiguar os pontos positivos e negativos durante o processo de aprendizagem dos alunos. Por meio desta os docentes podem analisar a melhor maneira de ajudar os seus alunos e também através dessa avaliação os docentes conseguem observar e analisar quais das suas estratégias de ensino estão tendo efeitos positivos. Por fim, segundo Ferreira (2008, p. 19), o currículo é designado como

Um conjunto de critérios e concepções do que seja conhecimento escolar relevante, os quais pautam a seleção dos conteúdos, sua forma de organização e exposição, a dinâmica das aulas, constituindo um ambiente propício a incorporação de conceito e valores que permitam o exercício sistemático de análise da realidade e a problematização da vida concreta.

Desta forma, o currículo é modificado de acordo com as necessidades dos indivíduos. Segundo Souza (2013), no Parecer nº 11/ 2000 do Conselho Nacional de Educação (PCNE), o currículo estabelece três finalidades, reparadora: na qual antigamente os alunos da EJA eram

impedidos de ter acesso à educação, portanto tal função restaurará a educação a esses sujeitos. A equalizadora: estimulará e dará chance a todos os indivíduos, de modo que obtenham direitos iguais e dê fim a função qualificadora, que tem como finalidade o ensino ao longo de toda a vida.

2.5 A EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA

Atualmente a educação está passando por constantes transformações, exigindo assim, uma atualização contínua do aprender dos sujeitos sejam eles adquiridos na infância, juventude, adulto ou idoso. Portanto, a aprendizagem ocorre nas mais diversas formas, idades e o tempo todo, onde cada vez mais são ofertadas às pessoas cursos e outros tipos de atividades, seja ela formal ou informal, de modo a atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos e saberes. Para adentrarmos na discussão, temos que entender a definição “de educação ao longo da vida” (DELORS, 1998. p. 105), pois este é o fecho que desperta para o início do século XXI.

Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Aproxima-se de um outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos. (*IBIDEM*, p. 117).

Nesta recente concepção, o ensino permanente é desenvolvido como algo que já é praticado, principalmente nos países avançados, na qual já praticam a renovação, o aprimoramento e a modificação dos indivíduos profissionalmente. Portanto, deve-se:

ampliar a todos as possibilidades de educação, com vários objetivos, quer se trate de oferecer uma segunda ou uma terceira oportunidade, de dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo, ou ainda, ao desejo de aperfeiçoar e ampliar as formações estritamente ligadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas (*Ibidem*, p. 117).

De acordo com os estudos de Cruz (2014), vivemos em um mundo globalizado, e essa nova sociedade está cada vez mais exigente quanto a aprendizagem dos sujeitos, desse modo, esta requer constante aprendizagem, isto é, os sujeitos precisam aprender e reaprender. Ela ainda afirma, que “aprender ao longo da vida se apresenta como uma das demandas do nosso tempo” (CRUZ, 2014, p. 156). Pois, as pessoas estão cada vez mais em contato com o outro, por meio do processo social, dessa forma, estamos em contínua aprendizagem, onde ensinamos e aprendemos, por diversos meios e nas inúmeras situações cotidianas, “viver é

aprender continuamente” (KACHAR, 2001. p. 11). Sendo assim, o aprender requer desvendar e partilhar as conquistas adquiridas ao longo da vida.

Lima (2001) afirma em seus estudos, que no primórdio do século XXI, estamos presenciando “verdadeiras revoluções paradigmáticas” (p. 16), na qual as investigações científicas estão transformando o modo de enxergar, refletir e intervir sobre o mundo a nossa volta. Ainda segundo ela, “Um expoente que demonstra essas transformações é a ciência cognitiva – a nova ciência da mente-, que é assim definida pelo estudo da mente e do conhecimento em todas as suas manifestações” (*Ibidem*, p. 16). Pois, compreende-se que a ciência dispõe de desenvolvimento cognitivo como:

uma construção de mundo, (através de uma) construção dinâmica e, portanto, inseparável do histórico de vida do histórico de vida, do processo de viver. A cognição é tida como uma construção que resulta interação do ser vivo com o seu mundo. À medida que o homem vive, ele vai construindo e vai sendo por ele construído. Trata-se de uma relação de congruência. (*Ibidem*, p. 16).

Diante do que foi exposto, tem sentido que as pessoas não são displicentes em relação ao que ocorre ao nosso redor, pois é um processo que entendemos de acordo com o que produzimos e por ele produzidos, ocorrendo assim uma relação dialógica e interativa com o meio no qual estamos inseridos. Atualmente, a nova sociedade demanda continuidade na aprendizagem, pois o mercado de trabalho exige que as pessoas se atualizem. Segundo Lima (2001), o desejo de aprender dos adultos e idosos vai muito além do mercado de trabalho. Conforme Delors (1998), a educação ao longo da vida, fundamenta-se em quatro aspectos, sendo eles:

Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.
Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. [...]
Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações. [...]
Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências [...] no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. (1998, p. 101- 102).

Tais dinâmicas auxiliam no processo de construção de conhecimentos de mundo, tornando-os de modo dinâmico, de maneira que a educação envolve todos os fatores, tanto do outro quanto de si próprio, tornando assim um processo flexível.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Delors (1998), a educação ao longo da vida não é fictícia, pois tende a estar presente cada vez mais no seio da educação a qual passa por inúmeras modificações. Desta forma, é um processo que tende a dar autonomia aos indivíduos, para que eles saibam seguir as suas próprias vidas diante das transformações na sociedade globalizadas. Por conseguinte, tal educação “torna-se assim, para nós, o meio de chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem bem como ao exercício de uma cidadania ativa” (DELORS, 1998. p. 105). Desta maneira, a educação ao longo da vida é uma formação contínua do ser humano.

3 A AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao explicar o tema “A aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos: um estudo a partir dos teóricos brasileiros que discutem essa temática” busca-se detalhar acerca dos conceitos e definições de elementos do processo ensino-aprendizagem, tais como: leitura, escrita, método de leitura e escrita na EJA, dificuldade da leitura e escrita na EJA, fatores importantes a serem considerados no processo de leitura e escrita na EJA, dentre outros aspectos.

Segundo o dicionário Aurélio de Ferreira (1988), a palavra aquisição tem como conceito, algo que é adquirido, ou seja, uma pessoa conquistou algo e agora lhe pertence. Nesta perspectiva, pode-se analisar que para os sujeitos da EJA adquirirem tais habilidades, de acordo com Gomes (2006), eles passam por vários desafios diários e possuem força de vontade para ir atrás de novos conhecimentos e habilidades apropriados e que são essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual, pois, isto quer dizer que a aquisição não se conquista de uma só vez, mas eles vão adquirindo gradativamente, pois, isto é um processo, no qual se deve considerar o tempo de aprendizagem, as experiências e os conhecimentos já adquiridos por cada sujeito, levando em consideração os erros e acertos como parte do processo de aprendizagem.

Acredita-se que a aquisição do conhecimento deva acontecer por meios de circunstâncias oportunas para o comprometimento e o desenvolvimento pessoal, partindo dos conhecimentos, das experiências, da realidade do educando, o que provavelmente constituirá na apropriação de saberes significativos e essenciais para o seu desenvolvimento.

3.1 CONCEPÇÃO DE LEITURA E ESCRITA

O letramento engloba processos relevantes de leitura e escrita individual que possuem distinções indispensáveis para as habilidades e conhecimentos, tais como: a decodificação de símbolos escritos, a interpretação de sequências de convicções ou fatos, o uso de linguagem figurada e habilidades de raciocínio cognitivo.

Apesar de serem distintos, o processo de leitura e escrita são aditivos e fundamentais para entender a definição de letramento. Embora alfabetização e letramento sejam diferentes, estão associadas, conforme afirma Soares (2001):

Assim, teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 2001, p. 47).

É neste sentido postulado por Soares (2001) e por Freire que entendemos o processo de aquisição da leitura e escrita na educação de jovens e adultos. Assim, sendo, a leitura é estabelecida como o ato de ler, decodificar e compreender acerca das informações registradas. De acordo Stanke (2007, p. 138), a leitura é concebida como:

Uma atividade de reconhecimento do sentido das palavras e estruturas do texto, este visto como um produto da codificação de um emissor e decodificação de um receptor, bastando para isso que este último conheça o código linguístico utilizado. Nesta concepção, pressupõe-se a língua como estrutura, como código linguístico.

Desta forma, compreende-se que a leitura é uma das atividades essenciais desenvolvidas pela escola para a formação dos educandos. Para Paulo Freire, a leitura de mundo é precedida da leitura da palavra, a qual favorece o ensino da lectoescrita nas séries iniciais e na educação de jovens e adultos, pois a criança ao nascer precisa redescobrir aos poucos os seus conhecimentos de mundo por meios de incentivos e explorações, e não é diferente com os alunos da EJA, pois se devem estabelecer ideias que serão concebidas não somente no processo de letramento, mas pela bagagem de palavras e conhecimentos que já possuem, de forma que os seus saberes sejam explorados de forma a dinamizar a compreensão acerca de determinados assuntos.

Portanto, a leitura é o meio pela qual se oportuniza e possibilita ao indivíduo ampliar seus horizontes e a inter-relacionar-se com o mundo a sua volta. É através desse processo que os sujeitos criam e dão asas à imaginação, é onde eles leem e viajam sem sair do lugar. É através da leitura que nos conectamos com o nosso potencial. Sendo assim, a leitura dá autonomia aos seres humanos, na qual eles conseguem pensar, refletir, ir em busca de saberes, de formações e de informações. Desta forma, os sujeitos vão construindo uma visão crítica e essencial para o progresso da sociedade.

A escrita é conceituada como a representação de palavras ou ideias por sinais, ato de escrever. Segundo Ferreira e Teberosky (1985),

A escrita alfabética é um sistema notacional, cuja apropriação constitui para o aprendiz um trabalho conceitual e não apenas perceptível – memorístico. Segundo essa teoria, para dominar o sistema de escrita alfabética o aprendiz precisa compreender a lógica das relações parte – todo nas formas orais e escritas das palavras e elaborar representações mentais para a unidade da língua. Nesse processo, terá então que, mentalmente, passar a conceber como unidade as palavras, as sílabas, as letras e os fonemas se apropriando do conhecimento metalinguístico que o

principiante precisa desenvolver. Segundo as autoras o alfabeto tem regras ortográficas para reunir sílabas, palavras, frases e textos. Além disso é preciso compreender todo o contexto social e cultural de um texto para poder realmente codificá-lo e compreendê-lo. (p. 41 *apud* SILVA, 2009, p. 14).

Diante do que foi exposto, a escrita tem como finalidade a leitura, pois quem escreve, escreve para ser lido, sendo assim a leitura é uma atividade basicamente ligada a escrita, portanto, poder ler e escrever é conquistado como ferramenta capaz de levar o sujeito a produzir textos corretos e coerentes, bem elaborados e escritos.

Segundo Ferreiro (1998), para compreender a escrita em si, quer dizer compreender um código social, pois para ela a alfabetização é uma forma de apropriar-se das funções da escrita. Porém, ela critica a alfabetização tradicional, porque pressupõe a prontidão dos alunos para os aprendizados da leitura e escrita através de avaliações de percepção e também de motricidade.

Conforme as suas deduções, as classes sociais distintas não interferem no processo de alfabetização, mas a aquisição de acesso maior ou menor aos textos lidos e escritos desde a infância. Pois, a maioria da classe baixa tem menos acesso a livros, e tendem a trabalhar cedo, impedindo assim com o prosseguimento dos estudos para poder ajudar na renda da família. Já o de classe média/ alta, os pais fazem questão que os seus filhos tenham a melhor escola, e investem forte na educação de seus filhos dando todos os aparatos para uma boa aprendizagem.

Segundo Souza (2014), a leitura e a escrita proporcionam aos jovens e adultos a criarem e recriarem os entendimentos com relação “ao meio social”, pois as pessoas cada vez mais estão sendo críticos e argumentadores em relação à sociedade que rejeita os indivíduos que não possuem escolaridade na “idade certa” ou nunca tenham estudado.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's (1997, p. 53):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento [...]. Não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita.

A leitura é um meio que o estudante/ leitor tem de não só codificar as letras, mas de compreender acerca das informações antes mesmo de lê-las, pois, as pessoas não precisam saber ler e nem escrever para saber interpretar as informações. Segundo Silva (1984) a leitura

já ocorre quando os indivíduos sabem identificar e reconhecer que há algo escrito em diversos meios sociais nos quais estão inseridos.

Só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente. (SOARES, 2003, p. 20).

Desta forma, a leitura tem como finalidade construir o senso crítico do aluno e principalmente fazer com que eles se tornem leitores autônomos, buscando cada vez mais leituras, a fim de serem capazes de estudar sozinhos, formular hipóteses e partilhar os ensinamentos oferecidos pela leitura com os outros, além de procurar realizar esquemas e resumos com a finalidade de facilitar seu entendimento e compreensão acerca do assunto estudado, propiciando assim o seu desenvolvimento e progresso intelectual e pessoal. Portanto, por meio da leitura conseguirá chegar à escrita.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Entende-se por método de ensino o caminho constituído de passos ou etapas, os quais exigem procedimentos ou técnicas, por meio do qual o docente realiza a mediação do conhecimento escolar, atingindo objetivos previamente estabelecidos.

Considerando o que já foi exposto sobre a EJA, apresentaremos agora alguns princípios e métodos encontrados na literatura educacional brasileira acerca da aquisição da leitura e escrita nessa modalidade de ensino.

Dentre os princípios, Freire (2008) afirma que é “preciso conhecer a realidade e a história do aluno por meio do diálogo. A partir do diálogo, é possível chegar à escrita e fazer a leitura oral do mundo. O isolamento não personaliza porque não socializa” (*Ibidem*, p. 16). Isto implica dizer que os docentes precisam manter uma relação de afeto com os alunos, uma proximidade de forma que eles se sintam acolhidos e tenham confiança no papel do docente, de modo que os discentes possam expor seus medos, anseios e alegrias e os professores possam, por sua vez, fazer dinâmicas pensadas no contexto do aluno.

Freire (1979) apud Silva (2012, p. 120-121) afirma, ainda que,

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram

mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem [...]. Enquanto o ato de conhecimento, a alfabetização, que leva a sério o problema da linguagem, deve ter como objeto também a ser desvelado as relações dos seres humanos com seu mundo.

Entende-se que o sujeito da EJA, ao adentrar a escola possui, um vasto conhecimento e aprendizagem, estes são conceituados como “empírico”, até mesmo sobre a língua escrita, pois os mesmos já viram os seus nomes escritos, eles também tiveram e ainda têm contato direto e indiretamente com as atividades sociais envolvendo a leitura e escrita, sendo assim, de qualquer forma já devem ter refletido quanto aos significados em tais processos, portanto, é fundamental o papel do educando dentro da sala de aula, de forma que seja desenvolvido individualmente ou em grupo. De acordo com Freire (1979), para descobrir os vocábulos dos sujeitos, ele realizava atividades em grupos e discussões, de modo a conhecer e, por fim, ensiná-los a partir de tal descoberta.

Na EJA os docentes devem realizar atividades em grupos a qual permita facilitar a socialização e a construção de conhecimentos entre os educandos, pois ao se trabalhar em grupo os jovens e adultos têm a possibilidade de confrontar-se e partilhar com os demais seus anseios, hipóteses, ideias e opiniões, assim como a troca de informações e conhecimentos. O professor, antes de estabelecer trabalho em grupo, precisa conhecer e identificar os tipos de níveis conceituais dos discentes como quesitos essenciais para que ocorra um bom desenvolvimento na execução de trabalho em grupo, de modo que seja eficaz.

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, especificamente, Smith (1998) afirma:

Ler e escrever são processos frequentemente vistos como imagens espelhadas uma da outra, como reflexos sob ângulos opostos de um mesmo fenômeno: a comunicação através da língua escrita. Mas há diferenças fundamentais entre as habilidades e conhecimentos empregados na leitura e aqueles empregados na escrita, assim como há diferenças consideráveis entre os processos envolvidos na aprendizagem da leitura e os envolvidos na aprendizagem da escrita (SMITH *apud* SOARES, 1998. p.67).

Apesar de leitura e escrita serem processos que estão imbricados, em que um reforça o outro, o seu ensino-aprendizagem exigem momentos, passos e procedimentos diferentes.

Segundo Valomin (s/d), a aquisição da leitura e escrita, atualmente, é uma das exigências para o progresso do indivíduo, pois é por meio deste que ele manifesta suas

intenções e dificuldades e passa a ter maior contato com as práticas sociais. Desta forma, para que haja essa relação com as práticas sociais, torna-se essencial o papel do educador mediante as aulas dinâmicas e criativas, de modo que eles façam um plano de aula adequado com a realidade dos educandos.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996, p. 96).

Valomin (s/d) diz que é de suma importância que os professores explorem os conhecimentos dos discentes sobre as leituras, tanto dos textos quanto em outros meios. Portanto, conforme Santos (2011), os alunos da EJA necessitam de uma metodologia diferente daquelas ensinadas na educação infantil, levando em conta o seu contexto, desde a sua evasão, as experiências, trabalho, etc. Sendo assim, ele ressalta a importância da

participação dos alunos, sua motivação, seus conhecimentos prévios, a sua vivência cotidiana, seus interesses, enfim, todos os aspectos e anseios do público alvo devem ser considerados e aproveitados como material didático para o desenvolvimento de todas as etapas de aprendizagem” (SANTOS, 2011, p. 22).

A aquisição da leitura deve se dar a partir de um trabalho investigativo; deve acontecer por meio de uma metodologia interativa significativa, de forma que os alunos sejam estimulados a interagir com os outros discentes, através de vínculos afetivos e com dinâmicas que auxiliem positivamente para o processo da leitura e escrita. Desta forma, tal processo não precisa somente de teorias, mas necessita também de práticas e pesquisas essenciais no processo ensino- aprendizagem, para que se torne uma aprendizagem significativa.

Lima (2002) diz que os conhecimentos dos docentes devem estar sempre em fluxo, de modo que eles possam criar e recriar os seus saberes. Desse modo, a arte de ensinar e aprender a ler e escrever só ocorre, de fato, quando se tem uma postura investigativa por parte dos docentes. Sendo assim, a teoria e prática são ligadas intimamente no contexto escolar, ou seja, a prática educativa deve ser guiada pela teoria.

Paulo Freire (s/d) defende a ideia de que a educação deva preparar e formar os indivíduos em seres críticos, participativos e de opiniões próprias, em relação ao seu desenvolvimento cognitivo, intelectual e sua visão de mundo, propiciando aos discentes escolher os seus próprios caminhos.

Portanto, a escola tem o papel essencial na aquisição significativa da leitura e escrita dos alunos da EJA, de forma que os ensinamentos partam do universo vocabular do aluno, pois como já foi citado anteriormente no texto, o discente ao adentrar na escola trazem consigo uma bagagem de conhecimentos, cultura e experiências, a qual os docentes necessitam respeitar, de modo que a partir de tais conhecimentos empíricos, de forma a incentivar e a direcionar para o caminho do saber, os discentes possam ir e vir com segurança e convicção, possam pensar e julgar por si próprios, criando suas histórias e hipóteses explicativas.

Souza (2012) nos diz que há dois tipos de concepções de ensino-aprendizagem. A instrumental, que ainda está presente em sala de aula, a qual tem como finalidade fazer com que o discente “domine os conhecimentos escolares tradicionais” (p. 117) e a dialógica defendida por Paulo Freire. Esta concepção visa

que o aluno possa trabalhar com os conhecimentos que tenham significado sociocultural, e dessa lógica os conteúdos emergirão do mundo do cotidiano e ganharão complexidade à medida que forem debatidos no grupo. A educação e a alfabetização constituem, portanto, o ato de conhecimento que emancipa e que motiva para a realização de ações modificadoras do meio. (SOUZA, 2012. p. 117).

De acordo com Souza (2012), é fundamental que o docente aprimore o material didático com os assuntos da “oralidade dos alunos, dos noticiários, enfim, de acontecimentos da vida cotidiana” (*Ibidem*, p.136).

Como se pode constatar, o ensino da leitura e escrita na EJA não pode se dar a partir de uma pedagogia instrumental, mecânica e neutra. Trata-se de uma prática pedagógica engajada, marcada pela dialogicidade, trabalho em grupos, valorização do contexto social e pessoal do educando, respeito ao ritmo de cada aluno, sem deixar de explorar a dimensão técnica do conteúdo a ser aprendido.

Busca-se o alfabetizar letrando, em que as práticas de ensino da leitura e escrita, ainda que perpassem pela compreensão e aquisição da tecnologia da língua, devem se dar de forma contextualizada, significativa e prazerosa. Portanto, a alfabetização e o letramento ocorrem por meios de técnicas que se utilizam da realidade do educando, de modo a proporcionar a estes, não apenas o ato de codificar e decodificar letras ou símbolos, mas como diz Paulo Freire:

[...] aprender a ler e a escrever é mais do que a aquisição de um sistema de código alfabético, é a possibilidade de que os sujeitos percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão [...] é o

direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar-se. (FREIRE, 1979 *apud* SOUZA, 2012. p. 121).

Para Freire, é dever do educador possibilitar a produção do conhecimento. No entanto, ele não partilhava da ideia de que o aluno necessitava somente de facilidades para o alto-aprendizado. Para Freire (2005, p, 79) “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. E, segundo ele, ninguém ensina nada a ninguém, todavia os indivíduos não aprendem isoladamente.

Para o autor, a valorização da cultura é a chave para o desenvolvimento da conscientização do aluno. Esta perspectiva de conceber a educação e o ensino foi formulado ao ensino de adultos, pois propõe o reconhecimento de palavras-chaves oriundas do vocabulário dos discentes, as chamadas palavras geradoras, facilitando assim a aprendizagem e a compreensão dos alunos.

Tal maneira de ensinar não pretende apenas tornar mais ligeiro e acessível a aprendizagem, mas almejar e habilitar o aluno a “ler o mundo”. A alfabetização deve ser para o professor uma maneira de os desfavorecidos romperem com a “cultura do silêncio”, de modo que modifique a sua realidade e sejam autores de suas próprias histórias.

No livro pedagogia do oprimido Freire ressalta que a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos, o primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo a práxis com sua transformação, o segundo, em que transforma a realidade opressora, esta pedagogia devia de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens. (GADOTTI, 2004).

Desta forma, é possível entender que a educação deve oportunizar caminhos que possibilite aos alunos a se descobrir no mundo, para que se tornem seres aptos a se posicionar de forma crítica e coerente diante dos desafios impostos pela sociedade.

Souza (2012) afirma que a concepção sociocultural de Mizukami, tem relação com concepção dialógica de Freire, na qual tal processo ocorre por meio da interação entre o sujeito e o meio social, onde o indivíduo é autor/construtor de seus próprios conhecimentos, sendo levados em consideração “a sua cultura, a realidade, o contexto e a sua prática social” (SOUZA, 2012. p.113).

Ao se tratar de alfabetização de jovens e adultos na perspectiva freireana, Brandão (1940), afirma que Freire descarta a ideia de um método pronto e acabado, pois para ele o

método deve ser construído através de diálogos e interações entre professor e aluno “onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto” (BRANDÃO,1940. p. 21). É necessário que o docente conheça a realidade do aluno, de modo a fazer os métodos com base na vida e nas experiências trazidas pelos alunos para a sala de aula. Sendo assim, o educar deve ser coletivo e não como algo isolado. De acordo com Brandão “educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado” (*Ibidem*, p. 22).

“De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende” (*Ibidem*). É através dessa interação que ‘facilita’ o processo ensino-aprendizagem. Desta forma, por meio da interação e do diálogo é possível chegar à leitura e escrita dos indivíduos, de modo a torná-los seres críticos e participativos no contexto onde estão inseridos.

De acordo com o autor citado anteriormente, deve-se conhecer a realidade do educando. Para Freire esta seria a 1ª etapa pedagógica. Tal etapa foi denominado por vários nomes, dentre eles “levantamento do universo vocabular” (*Ibidem*, p. 24), na qual a cultura e a realidade do aluno deve ser “Investigada, pesquisada, levantada, descoberta” (*Ibidem*, p. 25), de modo a utilizá-las como meio de aprendizagem. Desta forma a pesquisa “tem como objetivo imediato à obtenção dos vocábulos mais usados pela população a ser alfabetizar” (*Ibidem*). Para se fazer uma educação voltada à educação de jovens e adultos, deve-se haver uma investigação das palavras e frases usadas por eles de modo a fazê-los se interessar pelo processo de aprendizagem.

4 CONCLUSÃO

Com esta investigação, compreendeu-se que a partir do ponto de vista legal, sociocultural e histórico, a EJA é caracterizada como uma modalidade de ensino que tem como objetivo atender a um público com especificidades próprias que lhes diferencia do público das outras modalidades e níveis de ensino.

Perante a todas as barreiras que abrangem a Educação de Jovens e Adultos, é notório que, mesmo diante a tantos obstáculos que os discentes dessa modalidade enfrentam, possuem um único objetivo comum: aprender a ler e a escrever, para que, assim, possam vencer o preconceito estabelecido por um sistema educacional excludente, e assim conquistar a autonomia que lhes possibilite o entendimento e desempenho comunicativo através da leitura e da escrita, para que assim possam ser inseridos na cultura letrada.

Porém, para que isto aconteça, é necessário despertar nos discentes o interesse para leitura e escrita, já que tais fatores permitem os discentes comunicar-se, e ter acesso aos conhecimentos empíricos e sociais, fazendo com que se tornem sujeito de opinião crítica, capazes e possam defender os seus pontos de vista, que seja questionadores e não apenas um indivíduo passivo, autores de seu próprio desenvolvimento e inteirado das modificações da sociedade, pois a processo de ensino permite ao aluno desenvolver as suas as habilidades como ser pensante.

Desta forma, os docentes não devem medir esforços para que os jovens e adultos possam permanecer na educação, possibilitando e contribuindo, assim, para sua formação, tornando-os seres críticos, participativos, através de diálogos e interações, pois por meio destes métodos conseguirá chegará a aquisição da leitura e escrita.

Contudo, com base nos estudos realizados neste trabalho, constatamos que a aquisição da leitura e escrita acontece por meio de métodos e técnicas pensadas de acordo com as necessidades e especificidades de cada discente, na qual o educador, primeiramente, precisa investigar e analisar o contexto e a realidade em que o aluno está inserido, pois é função do docente organizar circunstâncias e didáticas de aprendizagem que proporcione ao educando adquirir informações e conhecimentos apropriados ao seu progresso.

Além do mais, devem-se averiguar os desempenhos dos alunos em sala de aula, escutar e questiona-los sobre o que foi exposto na sala, de forma a intervir quando necessário, com a intenção de fazê-los refletir sobre a aprendizagem e como ela tem impacto nas suas

atividades cotidianas, sendo que os assuntos devem ser um meio para aprimorar as suas habilidades.

Portanto, mesmo que o professor não transforme todos os seres humanos, ele pode contribuir de forma significativa para o avanço e aperfeiçoamento de um trabalho pedagógico, proporcionando aos alunos um entendimento acerca da leitura e escrita dentro de um contexto social. Mas, para que o docente tenha uma prática pedagógica eficiente, é necessário que seus planos de estudo e de trabalho sejam baseado em fundamentações teóricas, que o planejamento e o progresso de suas aulas ocorram de maneira adequada, com fundamentos e princípios, pois se compreende que quando se tem empenho e comprometimento com a educação, cria-se um clima de credibilidade, autoestima, de interação e diálogo entre educadores e educandos.

Com esse estudo, foi possível compreendermos que os conhecimentos escolares devem incluir os saberes da vida, as experiências dos educandos, de modo a utilizar as suas competências e habilidades, para, então, possibilitar ao aluno uma aprendizagem eficaz e satisfatória, no que tange o processo de aquisição de leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana de. CORSO, Angela Maria. **Educação de jovens e adultos: interfaces política, histórica e pedagógica.** UNICENTRO, Paraná. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br>. Acesso em: 21 de Mar. 2019.
- AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109>. Acesso em: 17 de Nov. 2018.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro de. **A educação de jovens e adultos e os jovens do “último turno”:** produzindo outsiders. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004b.
- BARRETO, Sabrina das Neves. **O processo de alfabetização na MOVA RS:** narrativas e significados na vida de mulheres. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2005.
- BESERRA, Valesca. BARRETO, Maribel, Oliveira. **Trajetória da educação de jovens e adultos:** Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. Cairu em Revista. Jul/Ago 2014, Ano 03, n° 04, p. 1 64-190. Disponível em: <https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- BORDIM, Solano Heberti. **Avaliação na EJA:** Possibilidades de novos instrumentos. Maringá- PR, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 12 de Abr. 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1940.
- BRASIL. **Constituição: 1988: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988** com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica no Brasil.** 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- BRASIL/MEC. Parecer CEB nº:11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- BRITO, José A. M. de. **As práticas de letramento no contexto da EJA.** Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de educação, Programa de pós-graduação em educação. Manaus: UFAM, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>.
- CRUZ, Claudete Robalo. **A educação ao longo da vida:** novas perspectivas para pensar o processo educativo. Saberes, Natal RN, v. 1, n.10, nov. 2014, 155-162.
- DAVID, H; SILVERMAN, N. **Interpretação de dados qualitativos:** Métodos para análise de entrevistas, textos e interação. 3 ed. 2009.
- DELORS, Jacques. A educação ao longo de toda a vida. In_ **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo. Cortez. Brasília, DF, MEC. UNESCO, 1998. p. 103 – 117.

DUARTE, Heloisa Helena Aparecida Chaves. **O olhar filosófico de Paulo Freire sobre a alfabetização de jovens e adultos**. Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br>. Acesso em: 23 de Nov. de 2018.

DINIZ, Pedro Augusto de O. **Educação de jovens e adultos: reflexões, perspectivas e desafios**. [200-?]. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/educacao-jovens-adultos-reflexoesperspectivas-desafios.htm#capitulo_1. Acesso em: 22 mar. 2019.

EMILIA, Ferreiro. **Alfabetização em processo**. Cortez. ed. 16°. 1998.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Editora Nova Fronteira. 1988.

FERREIRA, Daisy de Carvalho. **Caderno Temático sobre a EJA (Educação de Jovens e Adultos)**. PDE, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>. Acesso em: 12 de Abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Coleção leitura, paz e terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2008c.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire; [tradução de Kátia de Melo e Silva, revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra], - São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.**

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

GALVÃO, Ana M. de O. SOARES, Leôncio J. G. História da Alfabetização de adultos no Brasil. In. ALBUQUERQUE, Eliana B. C. de. LEAL, Telma Ferraz. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte. Autêntica, 2004. p. 27-57.

GOMES, Fabricia M. CARVALHO, Gisele S. S. DAVIS, Lílian M. **A construção da leitura e escrita: As práticas pedagógicas como ferramentas do processo ensino aprendizagem**. Belém, 2006.

KACHAR, Vitória. **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo. Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. p.15-44.

LIMA, Mariúza P. **Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI**. In: KACHAR, Vitória. Longevidade: um novo desafio para a educação. São Paulo. Cortez, 2001.

LIMA, Maria Socorro Lucena; GOMES, Marineide de oliveira. Redimensionando o papel dos profissionais da educação: algumas considerações. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN,

Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** (Orgs.) -2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Adelaide Terezinha de O. AGLIARDI, Delcio Antônio. **A legislação de educação de jovens e adultos a partir da constituição federal de 1988.** Universidade de Caxias do Sul. EDUCS, 2013.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos.** Sita Maria Lopes Sant'Anna [et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p.

NUNES, Juliana Melo. **Fundamentos legais da educação de jovens e adultos no brasil.** Universidad Interamericana. Disponível em: http://osid.org.py/v1/wp-content/uploads/2018/01/Fundamentos_legais_da_educacao_de_jovens_e_adultos_no_brasil.docx. Acesso em: 26 mar. 2019.

OLIVEIRA, Juliano de Almeida. **Entre o pensar e o educar.** Pouso Alegre- MG, 2010. v. 03. n. 06 - Ano 2011. Disponível em: <http://www.theoria.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PEREIRA, Marina Lúcia de C. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos.** 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica/FHC-FUMEC, 2005.

Proposta Pedagógica- Curricular Educação de Jovens e Adultos. Colégio Estadual “14 de Dezembro” Ensino fundamental e médio. Peabiru, 2005. Disponível em: <http://www.pbuquatorzededezembro.seed.pr.gov.br.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

RODRIGUES, Henrique José Alves. **Alfabetização na EJA e a dispersão das práticas: escritas de abertura ao outro e leituras de mundo.** Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Educação. Programa de pós-graduação em educação. Vitória, 2017. Disponível em: <http://btdt.ibict.br>.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Se educar é um risco, o que significa educar? Considerações pedagógicas a partir de Luigi Giussani.** Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano 11 - n. 23 - jul./dez. 2009. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SANTOS, Vilson Pereira Pereira dos. **Didática: métodos e práticas de ensino na educação de jovens e adultos.** Revista Eletrônica de ciências da educação, Campo Largo. v.10. n.2. 2011.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Se educar é um risco, o que significa educar? Considerações pedagógicas a partir de Luigi Giussani.** Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano 11 - n. 23 - jul./dez. 2009. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SILVA, E. T. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

Silva, Erica Bastos da. **Aprendizagem da leitura, escrita e oralidade: um olhar sobre percepções e práticas na EJA.** Universidade federal da Bahia faculdade de educação programa de pós-graduação em educação. Salvador, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>.

SILVA, Jorge Luiz Teles da. **Ministério da educação Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade Diretoria de políticas de educação de jovens e adultos.** [200-]. Disponível em: <http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br>. Acesso: 24 de Nov. 2018.

SILVA, Pedro Lopes da. ARAÚJO, Aline Vasconcelos de. **As metodologias utilizadas por profissionais da EJA: uma reflexão a partir do estágio supervisionado III.** X Simpósio Linguagens e Identidades da/ na Amazônia Sul- Ocidental. Câmpus da Universidade Federal do Acre, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php>. Acesso em: 12 de Abr. 2019.

SILVA, Sebastiana F. da. **Como lidar com o erro no processo de aprendizagem de língua materna na educação de jovens e adultos.** Campinas-SP. 2009.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** BH. MG. Autêntica, 1998.

SOARES, Magda Becker **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: autêntica, 2001.

SOUZA, Ana Cléa G. de. BARROCAS, Amélia L. CAVALCANTE, Elizabeth A. MANÇO, Iracivan A. **Avaliação da aprendizagem na educação de jovens e Adultos: olhar sobre a perspectiva discente.** XI EDUCERE. Pontifica Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

SOUZA, Gilliane Bento de . **Leitura e escrita na EJA por um letramento que “nos ajude a aprender mais do que a gente já sabe”.** Guarabira- PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br>. Acesso em: 15 de Nov. 2018.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de jovens e adultos.** Curitiba. ed. Intersaberes, 2012.

STANK, Roberta Cristina S. F. **O papel do conhecimento de mundo na aula de leitura em língua estrangeira.** 2007. Disponível em: http://www.letras.ufrrj.br/anglo_germanicas/cadernos/numeros/0X2007/textos/cl23052007roberta.pdf. Acesso em:

VALOMIN, Cleuza do Rocio. **O processo de apropriação da leitura e da escrita na Educação de Jovens e Adultos.** [200-]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso: 24 de Nov. 2018.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. Carvalho. BRITO, Regina Helena P. de. **Educação para a terceira idade.** São Paulo. Edições Loyola, 2012.

APÊNDICE A – QUADRO QUANTITATIVO DAS OBRAS ESTUDADAS

TIPOS DE OBRAS	QUANTIDADE
ARTIGOS CIENTÍFICOS	14
DISSERTAÇÕES	4
TESES	2
LIVROS	29

**ANEXO B – SÍNTESE DAS IDEIAS DOS AUTORES SOBRE AQUISIÇÃO DA
LEITURA E ESCRITA NA EJA**

AUTOR (A)	IDEIAS-CHAVE
Soares (1998)	Alfabetizar letrando: domínio do código linguístico de forma contextualizada com a vida pessoal e social do educando.
Freire (1996)	A leitura do mundo precede a leitura da palavra. Ensinar a ler e escrever a partir de vocábulos oriundos do contexto social do educando, sempre numa perspectiva dialógica.
Ferreiro (1998)	Compreende um código social: alfabetização é uma forma de apropriar-se das funções da escrita. Porém, ela critica a alfabetização tradicional, porque pressupõe a prontidão dos alunos para os aprendizados da leitura e escrita através de avaliações de percepção e também de motricidade.
Brito (2011)	<p>Discuti as práticas de letramento dos sujeitos inseridos no contexto da Educação de Jovens e Adultos, constatou que esses indivíduos se apropriam da leitura e da escrita objetivando sua inclusão no meio social, melhores condições de trabalho e acesso ao mundo letrado.</p> <p>Em sua pesquisa, no entanto, efetivou-se que as instituições de ensino e os docentes não têm considerado de forma significativa as leis que regem a EJA, o que acaba prejudicando o ensino-aprendizagem desses estudantes. Sendo assim, efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nas redes de ensino, é</p>

	<p>necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular e que ele prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos dos alunos.</p> <p>Desta forma, o autor relata que a EJA precisa ser reconfigurada no sentido didático-pedagógico, pois sabe-se que público-alvo desta modalidade de ensino exige que o processo seja mais dinâmico e estimulante, no qual proporcione aos alunos condições para desenvolverem seus estudos de forma que estes possam inserir-se na sociedade através do trabalho e do exercício da cidadania.</p>
Rodrigues (2017)	<p>Discuti a respeito das composições e distinções entre o plano das políticas de alfabetização da EJA e o plano das práticas alfabetizadoras, onde foi possível inferir que as políticas não se constituem em dimensão prescritiva das práticas, ou seja, as políticas de alfabetização são habitadas por ambiguidades e paradoxos, que em sua maioria não estão de acordo com a realidade educacional vivenciada no interior das instituições de ensino.</p> <p>Com isso, concluiu-se que as políticas constituem-se em dispositivos que tem como principal objetivo orientar as práticas alfabetizadoras, no entanto, acabam se estabelecendo como um emaranhado de valores, princípios e práticas distintas, as quais não atendem as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.</p>
Silva (2016)	<p>“Aprendizagem da Leitura, Escrita e Oralidade: um olhar sobre percepções e práticas na EJA”, a autora busca compreender sobre o aprendizado na EJA, a partir das perspectivas dos sujeitos que a vivenciam, destacando que os sentidos e significados</p>

	<p>sobre os processos de aprendizado da leitura, escrita e oralidade precisam de um olhar cuidadoso, para que seja possível ressignificar concepções e práticas pedagógicas existentes nesse processo.</p> <p>A autora discute em seu trabalho o perfil dos discentes da EJA, e destaca que esses são sujeitos de direito, que possuem seus interesses, paradoxos e criticidade sobre o mundo ao seu redor, além de relevar a importância de reconhecer suas subjetividades, a fim de desmistificar a definição de jovens e adultos pobres, que vivem à margem da sociedade, excluídos e etc. Ao contrário, é necessário compreender a dimensão política, histórica e social que esses sujeitos estão inseridos, e respeitar as suas individualidades.</p> <p>Assim, a pesquisa traz como resultado a importância da construção de currículos dialógicos que considerem os usos sociais da língua; as subjetividades dos sujeitos e os desejos e demandas dos educandos e uma ressignificação do papel da educação escolar para os sujeitos adultos. Além da necessidade de formação docente, para que estes possam construir uma EJA mais qualificada, com didáticas específicas para alunos jovens e adultos. Isso se faz necessário para que a EJA se configure como uma modalidade da educação básica que possibilite a emancipação dos sujeitos pelo viés do aprendizado da língua em suas múltiplas funcionalidades.</p>
Souza (2014)	A leitura e escrita proporciona aos indivíduos a criarem e recriarem.
Silva (2016)	Preparar os indivíduos para o mercado de trabalho.